

Aos vinte e um dias do mês de Abril de 2007, pela 11 horas, reuniu na sede da Associação Portuguesa de Geólogos, na Rua da Academia das Ciências, n.º 13-2.º, 1249-280 Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Geólogos. Estiveram presentes vinte e um sócios, dos quais apenas vinte exerceram o voto presencial, em virtude de um dos sócios ter votado por corespondência.

A Assembleia reuniu de acordo com a convocatória datada de 23 de Março de 2007, com os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

- 1 - Discussão e aprovação do Relatório e Contas referente ao exercício do ano de 2006 e rotação do parecer do Conselho Fiscal;
- 2 - Discussão e aprovação do Orçamento para o ano de 2007;
- 3 - Esclarecimento sobre a metodologia processual de transformação de APG de Associação de Direito Privado em Associação de Direito Público e sobre a metodologia de aprovação dos novos estatutos.
4. Rotação de delegação de competências na Comissão Executiva e no seu Presidente relativas à instauração e submissão do dossier de requerimento necessário ao processo de evolução para uma associação de direito público.
5. Rotação relativa à designação de novo associação de direito público.
6. Outros assuntos de interesse da Associação.

A presidente da Assembleia, Maria dos Anjos Ribeiro, cumprimentou os presentes e deu início à Ordem de Trabalhos. O presidente de APG, Fernando Vitorina, pediu desculpa aos associados pelos atrasos verificados na distribuição de correspondência, facto que se deveu



a um problema informático e de secretariado. Passou-se de seguida ao ponto 1 da Ordem de trabalhos: relatório de actividades de 2006, considerando que a página web teve um número significativo de acessos; contudo foi escassa a participação dos sócios no fórum de discussão dos estatutos. O presidente, Professor Fernando Noronha, referiu as actividades em geral (que ficam anexas a este acta) e destacou o facto de Geonovas se encontrar em duas bases de dados internacionais de países Ibero-Americanos, iniciando-se, neste diz, a distribuição do n.º 20 aos sócios. Destacou ainda a realização da Assembleia geral da Federação Europeia de Geólogos no Porto e o grémio comemorativo dos 30 anos da APG, com o lançamento de uma medalha.

A Vice-presidente do Conselho Fiscal, Ana António, apresentou o parecer sobre o relatório de contas, referindo a falta de sucesso nos patrimónios solicitados.

Relativamente ao saldo existente, o tesoureiro António Matias, informou de inexistência de dívidas, tendo a APG no conto à ordem 13.900 euros (treze mil e novecentos euros) e a prazo 18.000 (dezoito mil) e 10.000 (dez mil) euros, em duas contas. De janeiro até ao presente, apenas 23 sócios pagaram as suas quotas. À questão colocada por um sócio presente sobre a forma de adquirir a revista actual ou as antigas, foi recomendado a aquisição por via electrónica. A este propósito, o sócio Pedro Proença sugeriu que nas Universidades ou outros locais, estivessem disponíveis para venda, sob a responsabilidade de algum sócio.



Não havendo mais questões relativas a este ponto, foi posto à votação o Relatório de Actividades e Contas e respectivo parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2006, com o seguinte resultado:

N.º votantes	Aprovado	Não aprovado	Abstenções	Total votos
Presentes	20	0	0	20
Correspondências	78	0	24	102
Total	98	0	24	122

Ponto 2 de ordem de trabalhos: Discussão e aprovação do Plano de Actividades para o ano de 2007.

Foram lidos os vários pontos do plano anexo a este acta, referindo no ponto F que o sócio José Buíça é o representante da APG na Comissão para o "Ano Internacional do Planeta Terra".

A APG será signatária de um projecto Europeu a submeter com Espanha, Itália, Grécia, Reino Unido e Hungria.

A APG continuará a trabalhar na FEB, visando a ligação entre a formação académica e o European Quality Framework, definindo em cada país as capacidades e competências para cada nível profissional.

O sócio Miguel Ramalho realçou a importância na formação dos estudantes universitários de geologia, do papel da APG.

O presidente destacou o papel inequívoco que a APG tem tido para manter a geologia nos currículos dos Cursos Básico e Secundário, pois somos dos poucos países de Europa onde se ensina geologia nesses níveis de ensino.

Um dos sócios presentes questionou a APG no referente à relação com os "médicos", aconselhando a habilitação à baseia num programa da RTP2



da Sociedade Civil de responsabilidade de Fernando Freitas. O sócio Hipólito Monteiro referiu a necessidade de manter a aproximação dos "média" a dois níveis: divulgação da APG e envio de factos. O Presidente da APG, Fernando Noronha disse que tem havido vários contactos com os "média" e que aos membros da Comissão Directiva resta pouco tempo, devido aos afazeres profissionais, para os estudos de impacto ambiental que lhe são solicitados. Um outro sócio presente questionou sobre como se desenvolver a tarefa de sensibilização junto dos autarquias e o presidente referiu que hoje existem algumas autarquias com geólogos e que a receptividade dos eventos tem sido muito positiva.

Não havendo mais questões foi posto à votação o plano de actividades de 2007, sendo o seguinte o resultado.

N.º votantes	Aprovado	Não Aprovado	Abstenções	Total votos
Presentes	20	0	0	20
Correspondência	67	0	35	102
Total	87	0	35	122

Ponto 3 da ordem de trabalhos: Transformação da APG de Associação de Direito Privado em Associação de Direito Público, com o objectivo fundamental de reconhecer governamentalmente os direitos da profissão de geólogo. Intervieram esclarecendo várias questões o Presidente Fernando Noronha, os sócios Hipólito Monteiro, Maria dos Anjos Ribeiro, Ana Maria Antão, Pedro Paolence, António Mateus e Ruben Dias. Contudo, foi o Artigo 5 de proposta de estatutos e relativo às condições mínimas de formação académica o mais polémico, considerando-se que a Associação deve definir um quadro



de capacidades e competências compatível com a actual diversidade de formação académica e exercício profissional em Portugal e na Europa. A redacção do Ponto 1 do Art. 5.º da proposta estatutária deve ser para uma formação académica geral (sem especificar ECTS) remetendo para um regulamento específico que possa ser revisto anualmente. Ainda no referido Ponto 1 do Art. 5.º, o Presidente considerou que onde este Ensino Superior deve estar Ensino Universitário.

Não havendo mais questões passou-se ao Ponto 4 de Ordem de Trabalhos. Foi posta à votação a delegação de competências na Comissão Directiva para instauração e submissão do dossier de requerimento necessário ao processo de evolução de APG para uma Associação de Direito Público, sendo o seguinte o resultado:

N.º de votantes	Sim	Não	Abstenções	Total votos
Presentes	20	0	0'	20
Correspondência	86	0	6	102
Total	116	0	6	122

De seguida passou-se ao Ponto 5 e foi posta à votação a designação da nova Associação de Direito Público, sendo o seguinte o resultado:

N.º de votantes	APG	Ordem dos biólogos	Abstenções	Total
Presentes	9	10	1	20
Correspondência	26	71	5	102
Total	35	81	6	122

Nada mais havendo a tratar deu-se por terminada a reunião de qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos elementos da mesa.

Luís Ribeiro